

# **Caderno de Encargos**

## **Prestação de Serviços de Seguros**

### **Parte I**

#### **Cláusulas Gerais**

#### **Capítulo I**

#### **Disposições gerais**

##### **Cláusula 1**

###### **Objecto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a “Prestação de Serviços de Seguros - Ramo Acidentes de Trabalho e Pessoais”.

##### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

###### **Contrato**

- 1 — O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo Director da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, (FMUP);
  - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **Prazo**

O contrato terá a duração de 1 ano a contar do início da sua execução e considera-se automaticamente renovado por igual período, até ao limite de 3 anos, se não for inequivocamente rescindido.

## **Capítulo II**

### **Obrigações Contratuais**

#### **Secção I**

#### **Obrigações do Prestador de Serviços**

##### **Subsecção I**

##### **Disposições gerais**

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestar o serviço de seguro em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos documentos contratuais, podendo a FMUP exercer, por si ou através de consultores especializados, a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;
- b) Obrigação de informar a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto das alterações verificadas durante a execução do contrato e referentes:
  - b.1) Aos poderes de representação nos contratos de prestação de serviços de seguro celebrados;
  - b.2) Ao nome ou denominação social;
  - b.3) Ao endereço ou sede social;
  - b.4) A quaisquer outros factos que alterem de modo significativo a sua situação jurídica.

- c) Obrigação de proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros e à avaliação dos danos com prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos;
- d) Obrigação de suportar as despesas decorrentes da regularização de sinistros referidos no número anterior, incluindo as judiciais;
- e) Obrigação de pagar as indemnizações logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e à fixação do montante dos danos. Se decorridos 30 dias sobre a posse de todos os elementos indispensáveis à reparação da indemnização acordada, o prestador de serviços, não tiver realizado essa obrigação, por causa não justificada ou que lhe seja imputável, incorrerá em mora, vencendo a indemnização juros à taxa legal em vigor.

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

## **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

### **Forma de prestação do serviço**

1 — Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade semestral, reuniões de coordenação com representantes da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, das quais deve ser lavrada acta a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2 — As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

3 — No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e actividades ocorridas em cada fase de execução do contrato.

4 — Todos os relatórios, registos, comunicações, actas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

## **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

### **Conformidade e Garantia Técnica**

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no Dec. Lei nº 18 de 29 de Janeiro de 200, e demais legislação aplicável.

## **Subsecção II**

### **Dever de sigilo**

## **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

### **Objecto do dever de sigilo**

1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

## **Secção II**

### **Obrigações da Faculdade de Medicina do Porto**

## **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

### **Preço contratual**

1 – Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a FMUP deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenagem e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

3 – A Faculdade, deverá enviar mensalmente um mapa com os valores e número de pessoas no activo com a finalidade do encontro de contas nos meses seguintes.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Condições de pagamento**

1 – O pagamento dos prémios será efectuado pela FMUP, após a recepção do Aviso de Cobrança, por apólice, a enviar pelo Prestador de Serviço, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data do seu vencimento.

2 – O pagamento dos prémios será efectuado por meio de transferência bancária ou cheque, no prazo máximo de 45 dias a contar da data da factura.

## **Capítulo III**

### **Penalidades contratuais e resolução**

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Penalidades contratuais**

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a FMUP pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a FMUP pode exigir uma pena pecuniária até ao valor correspondente ao período de tempo que decorreria até ao seu vencimento.

3 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a FMUP tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

4 — A FMUP pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a FMUP exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

#### **Força maior**

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir motivos de força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a)* Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b)* Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)* Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- d)* Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e)* Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f)* Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g)* Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 12ª**

##### **Resolução por parte do Contraente Público**

1 – A FMUP pode, a todo o tempo, resolver o contrato, mediante comunicação enviada por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que a resolução produz efeitos.

2 – O montante do prémio a devolver pelo prestador de serviços a FMUP, na situação descrita no ponto precedente, será calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria até ao seu vencimento.

#### **Cláusula 13ª**

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

O prestador de serviços só pode resolver o contrato na data do seu vencimento, por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao vencimento anual ou, fora daquele vencimento, com fundamento previsto na lei.

### **Capítulo IV**

## **Resolução de litígios**

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo V**

### **Disposições Finais**

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações e notificações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do presente contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Legislação aplicável**

O procedimento pré-contratual e o contrato são regulados pelo Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e pela demais legislação portuguesa ao caso aplicável.



## **Parte II**

### **Cláusulas Especiais**

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Ramo Acidentes de Trabalho e Pessoais**

1 – **Objecto** – O presente procedimento tem por objecto o contrato de seguro do Ramo Acidentes de Trabalho e Pessoais, dos funcionários abrangidos por Contrato Individual de Trabalho e dos bolseiros da FMUP de acordo com os elementos constantes do Anexo III e Anexo IV.

##### **2 – Coberturas**

2.1 - As coberturas pretendidas para os funcionários constantes do Anexo III ao presente caderno de encargos correspondem ao legalmente exigido quanto à obrigação da FMUP segurar os acidentes de trabalho dos seus funcionários abrangidos por Contrato Individual de Trabalho, nos termos da lei.

2.2 – As coberturas pretendidas para os bolseiros que constituem o Anexo IV ao presente caderno de encargos, correspondem ao legalmente exigido quanto à obrigação da FMUP segurar os acidentes pessoais dos seus bolseiros, nos termos da lei.

3 – **Condições a respeitar** – Os prestadores de serviços deverão, na sua proposta, respeitar as condições seguintes:

- 3.1- Não aplicação do agravamento no prémio do seguro, decorrente da idade e da função exercida pelo pessoal a segurar;
- 3.2 - Inexistência de agravamentos por sinistralidade;
- 3.3 - Não aplicação de encargos de fraccionamento dos prémios.